

Banco Industrial do Brasil S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2026**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – MARÇO DE 2026

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. (“Banco ou “BIB”) submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Intermediárias e Individuais, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2026, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Perfil de Atuação

O Banco Industrial do Brasil S.A. atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, e atendendo também grandes empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85%-80% de operações de atacado e 15%-20% de varejo.

A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, e sim visando principalmente à proteção das variações de preços de mercado e diluição de riscos de moedas e de taxas de juros de seus ativos, passivos e fluxos de caixa contratados por prazo, taxas e montantes compatíveis. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do período representava 120,6% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 17,4%.

Desempenho

O BIB registrou lucro líquido de R\$12,8 milhões no acumulado de três meses de 2026, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) anualizado de 6,9%. O patrimônio líquido, no encerramento do período, atingiu o saldo de R\$735,3 milhões.

Crédito

A carteira de crédito do Banco, totalizou R\$5,9 bilhões, representando aumento de 11,1% quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já a carteira de crédito expandida, incluindo as garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$6,1 bilhões. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 2,4% da carteira ao final do período, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias.

O segmento de atacado, encerrou o período com um volume de R\$4,7 bilhões, conforme nota explicativa nº 8. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado (empréstimos e cartões) e antecipação saque aniversário - FGTS, apresentou um aumento, totalizando R\$1,2 bilhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a

prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações

As captações do Banco Industrial do Brasil totalizaram R\$6,6 bilhões ao final do período, representando crescimento de 7,6% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo (CDB, LCA, LCI e LF) e interfinanceiros. Tais carteiras atingiram, no encerramento do período, o saldo de R\$4,3 bilhões, representando redução de 11,4% em relação ao mesmo período de 2025.

Governança Corporativa

Administração: o BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e Compliance adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da instituição, através de seus Agentes Setoriais de Compliance, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O

monitoramento é realizado de forma independente, pela área de Compliance e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o BIB disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de rating. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agridem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos.

Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes.

O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, alterada pela Resolução nº 4.745/19 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, estrutura de gerenciamento de capital e política de divulgação de informações, o BIB possui uma

gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos, encontram-se aderentes as referidas Resoluções e o Relatório de Divulgação de Informações, estão disponíveis no site Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Recursos Humanos

O Banco Industrial do Brasil encerrou o período com 361 colaboradores. Desse total, 3 são através de programa social e 39 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

Ratings

Seguem os ratings obtidos pelo Banco Industrial junto às agências de classificação de risco:

- **Moody's:** Ba2 (Global) / AA- (Local) / Perspectiva Estável
- **Fitch:** BB- (Global) / AA (Local) / Perspectiva Estável
- **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo 1 / *Disclosure:* Excelente

Relacionamento com os Auditores

De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, o BIB contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda. não relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras de acordo com a política de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são divulgadas nas notas explicativas.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Industrial do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias do Banco Industrial do Brasil S.A. (“Banco”), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

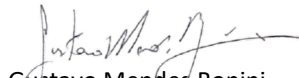


Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações para o período de três meses findo naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

São Paulo, 07 de maio de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Gustavo Mendes Bonini
CRC 1SP296875/O-4

Banco Industrial do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	03.2026	12.2025	Passivo	Nota	03.2026	12.2025
Disponibilidades	4	<u>51.191</u>	<u>42.259</u>	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		<u>7.054.038</u>	<u>7.617.981</u>
Instrumentos financeiros		<u>7.800.307</u>	<u>8.321.899</u>	Instituições financeiras	14	4.038.598	4.093.148
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	41.268	Outros clientes	14	2.221.955	2.763.230
Títulos e valores mobiliários	6	1.353.940	1.499.926	Instrumentos financeiros derivativos	7	486.722	467.126
Instrumentos financeiros derivativos	7	417.492	446.824	Dívidas subordinadas	14	306.763	294.477
Operações de crédito	8	5.887.651	6.216.617	Provisões		<u>106.143</u>	<u>105.016</u>
Outros instrumentos financeiros	9	141.224	117.264	Contingências	15b	102.486	101.252
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(208.957)	(192.870)	Outras	15c	3.657	3.764
Ativo Fiscal Diferido	10a	139.352	128.721	Obrigações fiscais diferidas	16	438	-
Outros Ativos	11	114.224	136.420	Outros passivos	16	195.069	46.132
Investimentos em participações em Controladas	12	40.036	39.121	Patrimônio líquido		<u>735.294</u>	<u>743.223</u>
Imobilizado de uso	13	172.300	52.963	Capital social	17	677.448	677.448
(-) Depreciações e amortizações	13	(17.471)	(16.161)	Reservas de lucros	17	81.038	84.229
				Outros resultados abrangentes		(23.192)	(18.454)
TOTAL DO ATIVO		<u><u>8.090.982</u></u>	<u><u>8.512.352</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO		<u><u>8.090.982</u></u>	<u><u>8.512.352</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	03.2026	03.2025
Receitas da intermediação financeira		<u>325.927</u>	<u>275.578</u>
Operações de crédito	8g	227.578	203.925
Resultado de operações de câmbio	8g	47.756	32.587
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6c	50.593	39.066
Despesas da intermediação financeira		<u>(238.967)</u>	<u>(201.368)</u>
Operações de captação no mercado	14c	(162.514)	(154.201)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	14c	(18.641)	(10.092)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio	7c	(57.812)	(37.075)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>86.960</u>	<u>74.210</u>
Provisão para perdas		<u>(20.434)</u>	<u>(2.516)</u>
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(20.434)	(2.516)
Outras receitas / (despesas) operacionais		<u>(53.764)</u>	<u>(33.929)</u>
Receitas de prestação de serviços		1.760	1.572
Receitas de tarifas bancárias		2.492	2.986
Resultado de participações em controladas	12	916	1.189
Despesas de pessoal	18	(34.079)	(26.881)
Outras despesas administrativas	19	(18.477)	(17.110)
Despesas tributárias	20	(6.650)	(8.734)
Outras receitas/despesas operacionais	21	274	13.049
Outras receitas / (despesas) não operacionais		<u>671</u>	<u>(1.038)</u>
Outras receitas / (despesas) não operacionais	22	671	(1.038)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		<u>13.433</u>	<u>36.727</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(624)</u>	<u>(18.197)</u>
Provisão para imposto de renda	10b	(4.416)	(9.569)
Provisão para contribuição social	10b	(3.611)	(7.848)
Ativo fiscal diferido		7.403	(780)
Lucro do período		<u>12.809</u>	<u>18.530</u>
Lucro por lote de mil ações - R\$		<u>71,07</u>	<u>102,81</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações de resultados abrangente

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	03.2026	03.2025
Lucro do período	<u>12.809</u>	<u>18.530</u>
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para a o resultado	(4.738)	1.468
Ajustes instrumentos financeiros classificados como VJORA e Hedge fluxo de caixa	(7.173)	4.359
Impostos sobre valor justo em outros resultados abrangentes	3.228	(1.962)
Variação cambial sobre agência Bahamas	<u>(793)</u>	<u>(929)</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>8.071</u></u>	<u><u>19.998</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

Nota	<u>Capital Social</u>		<u>Reservas de Lucros</u>				Lucro/Prejuízo acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de reavaliação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outros resultados abrangentes		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	387.448		73	47.728	359.879	(18.235)	-	776.893
Ajuste a valor de mercado de TVM/variação cambial						1.468		1.468
Ajuste de transição Res. 4966							(43.427)	(43.427)
Lucro líquido do período	-		-	-	-	-	18.530	18.530
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-		-	927		-	(927)	-
Reservas Estatutárias					17.603		(17.603)	-
Saldos em 31 de março de 2025	<u>387.448</u>		<u>73</u>	<u>48.655</u>	<u>377.482</u>	<u>(16.767)</u>	<u>(43.427)</u>	<u>753.464</u>
Mutações no período	<u>-</u>		<u>-</u>	<u>927</u>	<u>17.603</u>	<u>1.468</u>	<u>(43.427)</u>	<u>(23.429)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2025	637.448	40.000	73	2.282	81.874	(18.454)	-	743.223
Aumento de Capital conforme AGE 26/12/2025	40.000	(40.000)						-
Ajuste a valor de mercado de TVM/variação cambial e Hedge Fluxo de Caixa						(4.738)		-
Lucro líquido do período	-		-	-	-	-	12.809	12.809
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal				640			(640)	-
Reservas Estatutárias					(3.831)		3.831	-
Remuneração do capital próprio							(16.000)	(16.000)
Saldos em 31 de março de 2026	<u>677.448</u>		<u>73</u>	<u>2.922</u>	<u>78.043</u>	<u>(23.192)</u>	<u>-</u>	<u>735.294</u>
Mutações no período	<u>40.000</u>	<u>(40.000)</u>	<u>-</u>	<u>640</u>	<u>(3.831)</u>	<u>(4.738)</u>	<u>-</u>	<u>(7.929)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto)

Trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	03.2026	03.2025
Lucro/Prejuízo ajustado do período	<u>37.867</u>	<u>(12.577)</u>
Lucro do período	12.809	18.530
Depreciações / amortizações	1.310	1.301
Resultado de participações em controladas	(916)	(1.189)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	20.434	2.516
Ajuste de outros resultados abrangentes	(4.738)	1.468
Ajuste de transição Res. 4966	-	(43.427)
Provisões	1.127	8.401
Ativos fiscais diferidos	7.403	780
Passivos fiscais diferidos	438	(957)
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	<u>357.579</u>	<u>115.444</u>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	21.163
Títulos e Valores Mobiliários	3.170	283.508
Instrumentos financeiros derivativos	29.332	(185.676)
Operação de Crédito	324.619	(208.778)
Outros instrumentos financeiros	(23.960)	224.238
Ativos fiscais correntes e diferidos	(18.034)	(32.353)
Outros ativos	19.723	6.043
Alienação de bens não de uso	22.729	7.299
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	<u>(431.007)</u>	<u>156.875</u>
Depósitos e demais instrumentos financeiros	(563.943)	173.392
Outros passivos	132.936	(16.517)
Impostos pagos	(20.255)	(4.717)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais	<u>(55.816)</u>	<u>255.025</u>
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	<u>(119.336)</u>	<u>(18)</u>
Aquisição de Direito de uso	(119.336)	-
Aquisição de Imobilizado de uso	-	(18)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	<u>-</u>	<u>(12.155)</u>
Remuneração de capital próprio	-	(12.155)
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	<u>(175.152)</u>	<u>242.852</u>
Modificações na posição financeira		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	625.907	739.145
No fim do período	<u>450.755</u>	<u>981.997</u>
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	<u>(175.152)</u>	<u>242.852</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Banco Industrial do Brasil S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Em 31 de março de 2026.

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Banco Industrial do Brasil S.A (“Banco”, “Entidade” ou “BIB”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil, sediado na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1703 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias, do Banco Industrial do Brasil S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN ou BCB), apresentadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020. Conforme Artigo 23º da Resolução BCB nº 2/2020, as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Industrial do Brasil S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos períodos.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras intermediárias foi dada pela Administração em 30 de abril de 2026.

2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Transição para a Resolução CMN nº 4.966/2021:

Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN nº 4.966/2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) em relação aos padrões internacionais.

Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

- Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio do BIB e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ” – Somente Pagamentos de Principal e Juros, teste para determinar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro consistem apenas em pagamentos de principal e juros);
- As receitas e os encargos atreladas diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- A adoção da metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência;
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que o BIB não tem mais expectativa de recuperação; e
- Instruções Normativas BCB nº 426 a 433/2024, alteradas pelas 493 a 500/2024 e posteriormente pelas INs nº 537 a 543/2024: Os eventos dos roteiros contábeis foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF’s divulgadas por tais instruções.

b) Implementação da Resolução 4.966/21

A Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no COSIF em relação aos padrões internacionais. A norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Adicional a Resolução CMN n.º 4.966/2021, o Banco Central emitiu normas complementares ao tema. A Resolução BCB nº 352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros (teste de “SPPJ”), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram estudados pelo Banco tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Aspectos fiscais:

No âmbito tributário, a Lei nº 14.467/22 alterou as regras de dedução das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em alinhamento com os requisitos de provisionamento estabelecidos pelas referidas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, viabilizando a manutenção do tratamento tributário das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo.

A Lei nº 15.078/24 estabeleceu que as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, relativas aos créditos que se encontrem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, a razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas no ano de 2025 em montante superior ao lucro real do exercício e as perdas não deduzidas em 2025, terão o mesmo tratamento do estoque das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025.

A Resolução CMN nº 4.966/21 introduziu alterações relevantes nos requisitos para a designação de relações de proteção no âmbito da contabilidade de hedge (Hedge Accounting). Tais alterações têm por objetivo assegurar que as demonstrações financeiras intermediárias reflitam, de forma adequada, os efeitos das estratégias de gestão de riscos adotadas pela Instituição, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Para fins da referida Resolução, as relações designadas para a contabilidade de hedge devem ser enquadradas nas seguintes categorias:

- Hedge de valor justo;
- Hedge de fluxo de caixa; e
- Hedge de investimento líquido no exterior.

Os dispositivos relacionados à contabilidade de hedge são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2027.

c) Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A norma estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na condição de arrendadora e de arrendatária, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulamentação específica.

O Banco optou pela adoção da Resolução CMN Nº 4.975/2021 na abordagem prospectiva. Os contratos firmados ou renovados a partir de 1º de janeiro de 2025 serão reconhecidos de acordo com a nova regulamentação, de forma prospectiva, conforme facultado pelo § 5º do art. 2º da referida Resolução.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos períodos.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias a partir da data de aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ativo fiscal diferido, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

d) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. Substancialmente, as operações da agência no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, o BIB avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor Justo por meio do Resultado”.

O BIB não faz uso da opção irrevogável, aplicável a ativos financeiros, de mensuração ao valor justo no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros do BIB são classificados e nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado:** o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; e
- **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
- **Valor Justo no Resultado:** o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o Ativo Financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria Ativos Financeiros mantidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de SPPJ.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio

líquido, líquida de tributos intitulada Outros resultados abrangentes, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

- **Ao valor justo no resultado:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Hierarquia do valor justo:

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **Instrumentos Financeiros – Nível 1:** O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 2:** O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- **Instrumentos Financeiros – Nível 3:** Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, o BIB opera somente com instrumentos financeiros de Nível 1 e Nível 2.

III. Reclassificação dos instrumentos financeiros

O BIB não reclassificou seus instrumentos financeiros no trimestre apresentado.

IV. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

V. Derivativos e Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento

do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR).

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

A Resolução CMN nº 4.966/21, nos termos dos arts. 74 a 81 determina que a aplicação dos requisitos previstos no Capítulo V — Contabilidade de Hedge — seja postergada para 1º de janeiro de 2027. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2026, as relações de hedge formalmente designadas pelo Banco continuam sendo avaliadas, reconhecidas, mensuradas e evidenciadas de acordo com os critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.082/2002, que permanece aplicável durante o período de transição normativa.

A partir de 1º de janeiro de 2027, por ocasião da adoção inicial dos requisitos de Contabilidade de Hedge previstos na Resolução CMN nº 4.966/2021, as operações de hedge existentes deverão ser reavaliadas e, quando aplicável, reclassificadas para as novas categorias normativas, podendo ocorrer a redesignação dos instrumentos de hedge e dos respectivos itens protegidos, em conformidade com as definições e critérios então vigentes. As relações de hedge que não atenderem aos requisitos da nova regulamentação deverão ser descontinuadas na data de sua implementação inicial.

Com base nas avaliações preliminares realizadas pela Administração, o Banco não espera impactos relevantes sobre as estruturas de hedge atualmente designadas em decorrência da futura adoção dos critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

g) Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo inclui os custos de transação identificados como elegíveis pelo BIB (tarifas cobradas dos clientes relacionado a originação das operações de crédito).

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O BIB realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários;
- Operações de crédito; e
- Outros instrumentos financeiros.

O BIB integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada, prevista na Resolução 4.966.

Os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações. Para fins de enquadramento em carteiras, os produtos em que o Banco opera são enquadrados nas carteiras (C1 a C5).

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pelo BIB para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- **Ativos financeiros não problemáticos:** refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.
O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 (da resolução).
- **Ativos financeiros inadimplidos:** trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal de juros.
O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 (da resolução), acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- **Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos:** refere-se aos ativos caracterizados com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 (da resolução).

i) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O BIB considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros com os seguintes indicativos:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Se houver algum indicativo e que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, como por exemplo:
 - Medidas judiciais;
 - Recuperação judicial;
 - Óbitos;
 - Fianças honradas relacionadas a coobrigações com operações de cartões;
 - Reestruturações: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua

qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte que possui operação com o Banco, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático. Com exceção, aos produtos que em virtude de sua natureza são considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito (exemplo: empréstimo pessoal com consignação em folha e financiamentos imobiliários), nesse caso esses produtos não são arrastados.

A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros do BIB são baixados em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que o Banco recupere o seu valor.

O BIB deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente em caso de haver melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas.

Para fins de critérios de “cura”, o BIB considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte (estudos estatísticos do BIB consideram, sete meses de pagamento tempestivo);
- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais; e;
- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como Ativo Problemático.

j) Investimentos em participações em controladas

Os investimentos em controladas, nas Demonstrações financeiras intermediárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens às taxas de 4% (vida útil de 25 anos), 10% (vida útil de 10 anos) e 20% (vida útil de 5 anos) para imóveis, equipamentos e outros imobilizados, respectivamente.

l) Arrendamento

- **Arrendador**

O Banco não possui arrendamentos significativos como arrendador.

No início de um contrato, o BIB avalia se um contrato é de, ou inclui um, arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

- **Arrendatário**

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento mercantil, o Banco aloca a compensação no contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base no seu preço individual. No entanto, para arrendamentos de imóveis, a BIB optou por não separar os componentes de não arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente de arrendamento.

O BIB reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que é igual ao valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento realizado antes da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário para desmontar, remover ou restaurar o ativo, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos.

O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear desde a data de início até a data de término do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário no final do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do BIB.

O BIB determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem:

- pagamentos fixos;
- pagamentos variáveis de arrendamento, que dependem de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou da taxa da data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo BIB, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço para exercer a opção de compra, se o BIB estiver razoavelmente certo de exercer esta opção;
- e
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, caso o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção do BIB de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. É remensurado quando há uma mudança nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de uma mudança em um índice ou taxa, se houver uma alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o BIB mudar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado desta maneira, um ajuste correspondente é realizado no valor contábil do ativo de direito de uso, ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

O BIB apresenta os ativos de direito de uso como “Imobilizado” e os passivos de arrendamento em “Outras obrigações” no balanço patrimonial.

- **Arrendamentos de ativos de baixo valor**

O BIB optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O BIB reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

m) Passivos

- **Depósitos e demais instrumentos financeiros**

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro-rata die”.

- **Outros passivos**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações. Para as cíveis o Banco adota a metodologia de média histórica, calculada, levando em consideração as perdas e ganhos dos últimos 36 meses, assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras intermediárias, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em termos de quantidade e valores (Nota Explicativa nº 15); e

• **Obrigações legais** - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 15).

o) Avais e fianças

Os avais e fianças prestados pelo Banco são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros.

De acordo com a resolução do Bacen nº4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

p) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado com base no regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos, incluindo os rendimentos, encargos, variações monetárias ou cambiais a índices oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As rendas não recebidas dos ativos caracterizados como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) são reconhecidas mediante ao recebimento.

q) Resultado recorrente/não recorrente

As políticas internas do Banco Industrial do Brasil consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de títulos e valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Isto posto, consideramos o resultado acumulado do Banco como recorrente.

4. Disponibilidades

	<u>03.2026</u>	<u>12.2025</u>
Moeda Nacional	196	323
Moedas estrangeiras	50.995	41.936
Total	<u>51.191</u>	<u>42.259</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Ativo financeiro ao custo amortizado

Aplicações em moedas estrangeiras	<u>03.2026</u>	<u>12.2025</u>
Até 30 dias	-	41.268
Total	-	41.268

Para as aplicações em moedas estrangeiras foram registradas o seguinte montante de perdas esperadas:

Descrição	<u>03.2026</u>	<u>12.2025</u>
Provisão para perdas esperadas	-	(56)
Total	-	(56)

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	1º Trimestre/Acumulado 2026	1º Trimestre/Acumulado 2025
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	2.496	26.990
Posição financiada	-	185
Rendas de aplicações depósitos interfinanceiros	-	2.102
Total	<u>2.496</u>	<u>29.277</u>

6. Títulos e valores mobiliários

a. Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes (“VJORA”)

31/03/2026

	Hierarquia do Valor Justo	Total Valor Bruto Contábil	Ajuste a Valor Justo	Perdas Associados ao Risco de Crédito	Valor Líquido
Carteira Própria					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	434.053	(57)	-	433.996
Letras Tesouro Nacional	Nível 1	399.845	(281)	-	399.564
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Nível 2	117	5	-	122
Debêntures	Nível 2	9.372	(503)	(425)	8.444
Títulos no Exterior	Nível 1	28.435	(2.547)	(19)	25.869
Vinculados à operações compromissadas					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	348.976	-	-	348.976
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Nível 2	7.424	295	(15)	7.704
Debêntures	Nível 2	12.979	(1.390)	-	11.589
Vinculados à prestação de garantias					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	117.112	105	-	117.217
Total		<u>1.358.313</u>	<u>(4.373)</u>	<u>(459)</u>	<u>1.353.481</u>

31/12/2025

	Hierarquia do Valor Justo	Total Valor Bruto Contábil	Ajuste a Valor Justo	Perdas Associados ao Risco de Crédito	Valor Líquido
Carteira Própria					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	887.680	(410)	-	887.270
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Nível 2	3.879	174	(8)	4.045
Debêntures	Nível 2	17.324	(481)	(579)	16.264
Títulos no Exterior	Nível 1	40.632	(1.743)	(21)	38.868
Vinculados à operações compromissadas					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	443.233	-	-	443.233
Certificado de Recebíveis Imobiliários	Nível 2	14.393	646	(28)	15.011
Debêntures	Nível 2	13.180	(643)	-	12.537
Vinculados à prestação de garantias					
Letras Financeiras do Tesouro	Nível 1	81.997	65	-	82.062
Total		1.502.318	(2.392)	(636)	1.499.290

O efeito do ajuste ao valor justo dos títulos e valores mobiliários no período está registrado em conta específica do Patrimônio Líquido as perdas associados ao risco está reconhecida no resultado.

b. Diversificação por prazo

31/03/2026

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	De 60 a 180 meses	Acima de 180 meses	Total
Letras financeiras do tesouro	-	-	504.800	395.389	-	-	-	900.189
Letras Tesouro Nacional	-	399.564	-	-	-	-	-	399.564
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	7.826	-	-	-	7.826
Debêntures	-	-	7.615	-	-	12.418	-	20.033
Títulos no exterior	-	454	-	7.759	-	-	17.656	25.869
Total	-	400.018	512.415	410.974	-	12.418	17.656	1.353.481

31/12/2025

	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 e 12 meses	De 12 e 36 meses	De 36 e 60 meses	De 60 e 180 meses	Acima de 180 meses	Total
Letras financeiras do tesouro	-	542.380	256.379	613.806	-	-	-	1.412.565
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	19.056	-	-	-	19.056
Debêntures	-	-	14.709	-	-	14.092	-	28.801
Títulos no exterior	-	467	66	8.142	-	10.602	19.591	38.868
Total	-	542.847	271.154	641.004	-	24.694	19.591	1.499.290

c. Resultado de títulos e valores mobiliários

	1º Trimestre/Acumulado 2026	1º Trimestre/Acumulado 2025
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	2.496	29.277
Rendas de títulos de renda fixa	46.824	8.579
Rendas de títulos no exterior	790	697
Rendas de aplicações no exterior	483	513
Total	50.593	39.066

7. Instrumentos financeiros derivativos

As bases adotadas para determinar os preços de mercado são as seguintes:

- Contratos de Câmbio Compra e Venda de Moeda Estrangeira de liquidação pronta;
- Swaps: o fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ajustados ao risco de crédito das contrapartes; e
- Futuros: cotações em Bolsas.

a. Posição

	03.2026			
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber	Custo - Valor (a pagar)	Valor Justo
Câmbio				
Compra Moeda estrangeira	-	409.567	(409.567)	-
Venda Moeda estrangeira	-	5.027	(5.027)	-
Swap				
DI X PTAX	45.000	2.898	-	2.898
PTAX X DI	128.473	-	(8.173)	(8.173)
SOFR X DI	397.750	-	(56.211)	(56.211)
EURO X DI	121.472	-	(5.848)	(5.848)
PTAX X DI	45.000	-	(1.896)	(1.896)
Futuros				
Taxa de juros	2.354.123	-	-	2.354.123
Câmbio	206.066	-	-	206.066
Total	3.297.884	417.492	(486.722)	2.490.959
				12.2025
	Valor referencial dos contratos	Custo - Valor a receber	Custo - Valor (a pagar)	Valor Justo
Câmbio				
Compra Moeda estrangeira	-	436.617	(436.617)	-
Venda Moeda estrangeira	-	2.768	(2.768)	-
Swap				
EURO X DI	121.472	6.667	-	6.667
PTAX X DI	45.000	772	-	772
PTAX X DI	52.062	-	(2.107)	(2.107)
SOFR X DI	397.750	-	(24.876)	(24.876)
DI X PTAX	45.000	-	(758)	(758)
Futuros				
Taxa de juros	2.368.279	-	-	2.368.279

Câmbio	215.765	-	-	215.765
Total	3.245.328	446.824	(467.126)	2.563.742

b. Diversificação por prazo

	31/03/2026				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	De 36 a 60 meses	Total
Câmbio					
Compra	198.972	190.595	20.000	-	409.567
Venda	5.027	-	-	-	5.027
Swap					
DI X PTAX	-	2.898	-	-	2.898
PTAX X DI	-	(8.173)	-	-	(8.173)
SOFR X DI	-	-	(56.211)	-	(56.211)
EURO X DI	-	(5.848)	-	-	(5.848)
PTAX X DI	-	(1.896)	-	-	(1.896)
Futuros					
Taxa de juros	1.585.437	768.686	-	-	2.354.123
Câmbio	206.066	-	-	-	206.066
Total	1.995.502	946.262	(36.211)	-	2.905.553

	31/12/2025				
	Até 3 meses	De 3 e 12 meses	De 12 e 36 meses	De 36 e 60 meses	Total
Câmbio					
Compra	130.516	256.101	50.000	-	436.617
Venda	2.768	-	-	-	2.768
Swap					
EURO X DI	-	6.667	-	-	6.667
PTAX X DI	-	772	-	-	772
PTAX X DI	-	(2.107)	-	-	(2.107)
SOFR X DI	-	-	(24.876)	-	(24.876)
DI X PTAX	-	(758)	-	-	(758)
Futuros					
Taxa de juros	1.037.400	1.330.879	-	-	2.368.279
Câmbio	215.765	-	-	-	215.765
Total	1.386.449	1.591.554	25.124	-	3.003.127

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	1º Trimestre/Acumulado 2026	1º Trimestre/Acumulado 2025
Compra Moeda Estrangeira	603	581
Venda Moeda Estrangeira	28	125
Operações de Swap	(43.140)	(8.464)
Contratos Futuros	(15.303)	(29.317)
Total	(57.812)	(37.075)

d. Análise de sensibilidade dos derivativos

O Banco apresenta 3 cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de hedge, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- 1- Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.
- 2- Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).
- 3- Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

I – Demonstrativo de posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de março de 2026 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Instrumento financeiro derivativo	Montante da carteira protegida	Posição (a)
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				
Repasses do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	1.647.620	(1.620.391)	27.229
Hedge (*) – Banking Pré				
Operações de crédito	Taxa de Juros	<u>(2.355.588)</u>	<u>3.288.404</u>	<u>932.816</u>
Total		<u>(707.968)</u>	<u>1.668.013</u>	<u>960.045</u>

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular Bacen nº 3.082/02.

II - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo (R\$ mil)

Operação	Risco	Cenário I <i>Deterioração 1%</i>	Cenário II <i>Deterioração 25%</i>	Cenário III <i>Deterioração 50%</i>
<i>Operação de Câmbio</i> Dívida em Moeda Estrangeira	Operação de Câmbio (risco queda US\$ e EURO)	(253)	(5.583)	(8.658)
	Dívida (risco aumento US\$ e EURO)	998	24.515	48.052
	Efeito Líquido	745	18.932	39.393
<i>Hedge Banking PRÉ</i> Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	408	10.020	19.665
	Créditos (risco aumento Selic)	(4.326)	(102.965)	(195.961)
	Efeito Líquido	(3.918)	(92.945)	(176.296)
Efeito Líquido TOTAL		(3.173)	(74.013)	(136.903)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo

Operação	Risco	MTM Exposição líquida	Cenário I <i>Deterioração 1%</i>	Cenário II <i>Deterioração 25%</i>	Cenário III <i>Deterioração 50%</i>
<i>Book Cambial</i>	Queda da moeda estrangeira	27.229	745	18.932	39.393
<i>Book Pré</i>	Alta do CDI	932.816	(3.918)	(92.945)	(176.296)
Efeito Líquido TOTAL		960.045	(3.173)	(74.013)	(136.903)

e. Estruturas designadas para a contabilidade de hedge

I – Hedge de Fluxo de Caixa

O objetivo das estruturas designadas para fins de contabilidade de hedge de fluxo de caixa é reduzir a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa futuros decorrentes de descasamentos entre os indexadores de suas captações em moeda estrangeira e a base de indexação de suas operações ativas.

Nesse contexto, o Banco está exposto, de um lado, a passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e indexados a taxas internacionais pós-fixadas e, de outro, a uma carteira relevante de operações de crédito indexadas à taxa SELIC/CDI, que representam os principais indexadores de referência para a precificação e remuneração das operações originadas pelo Banco.

Para mitigar esse descasamento, o Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o propósito de alinhar a base de indexação dos fluxos de caixa de suas captações à base de indexação de seus ativos, de forma a reduzir a variabilidade líquida dos fluxos de caixa futuros decorrente de movimentos relativos entre os referidos indexadores.

O efeito da Marcação a Mercado (MTM) desses instrumentos é reconhecida considerando os seguintes critérios:

- A parcela efetiva do ajuste MTM destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (a) em caso de inefetividade do hedge; ou (b) na realização do objeto de hedge;
- A parcela ineficaz é reconhecida diretamente no resultado.

O montante relacionado ao accrual das operações de Swap e dos objetos de hedge são reconhecidos no resultado do período.

A efetividade da estrutura de hedge é avaliada mensalmente, com base em critérios qualitativos e quantitativos. Para o primeiro trimestre de 2026 foram identificadas parcelas inefetivas nas relações de proteção designadas (exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas parcelas inefetivas nas relações de proteção designadas).

Os instrumentos de hedge consistem em instrumentos financeiros derivativos contratados com instituições financeiras, enquanto os objetos de hedge compreendem passivos financeiros reconhecidos, ativos financeiros indexados à SELIC.

A relação dos instrumentos e objetos de hedge estão apresentadas no quadro a seguir:

Instrumento de hedge	Objeto de proteção	Risco protegido
Swap de taxa de juros	Passivos Financeiros - Dólar	Risco Câmbial e taxa de juros
	Passivos Financeiros - Euro	
Basis swap	Ativos Financeiros indexados a SELIC	Risco de indexador e cambial
	Passivos financeiros em Moeda Estrangeira	

Para o primeiro trimestre de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram observados os seguintes valores em relação aos instrumentos e objetos designados:

RS Mil

Instrumento de hedge	Instrumento e Objeto de hedge (Valor Nominal)	Instrumento de hedge (MtM)	Instrumento de hedge (Valor Accrual)	Objeto de hedge valor contábil
<i>Em 31 de março de 2026</i>				
Swap (Juros + USD)	(128.473)	(8.173)	(6.635)	(127.669)
Swap (Juros + EUR)	(121.472)	(5.848)	(6.084)	(121.811)
Basis Swap	(397.751) 397.751	(56.211)	(49.345)	(376.897) 452.510

R\$ Mil

Instrumento de hedge	Instrumento e Objeto de hedge (Valor Nominal)	Instrumento de hedge (MtM)	Instrumento de hedge (Valor Accrual)	Objeto de hedge valor contábil
<i>Em 31 de dezembro de 2025</i>				
Swap (Juros + USD)	(52.062)	(2.107)	(1.981)	(56.261)
Swap (Juros + EUR)	(121.472)	6.667	6.627	(130.037)
Basis Swap	(397.751)	(24.875)	(22.234)	(390.220) 390.220

Valores Reconhecidos Relacionados à Contabilidade de Hedge no primeiro trimestre de 2026:

R\$ Mil

Descrição	Rubricas reconhecidas		
	MtM	Resultado (1)	Patrimônio Líquido
Valor justo do Swaps designados	(70.231)	(62.064)	(8.168)
Inefetividade (Período)		248	248
Efeito Tributário	-	-	3.564
Total	(70.231)	(61.816)	(4.356)

(1) Refere-se ao Accrual das operações de Swap, bem como parcelas inefetivas

Valores Reconhecidos Relacionados à Contabilidade de Hedge no exercício de 2025:

R\$ Mil

Descrição	Rubricas reconhecidas		
	MtM	Resultado (1)	Patrimônio Líquido
Valor justo do Swaps designados	(20.315)	(17.589)	(2.727)
Efeito Tributário	-	-	1.227
Total	(20.315)	(17.589)	(1.500)

8. Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Ativos financeiros ao custo amortizado

	31/03/2026		
	Circulante	Não Circulante	Total
Contas garantidas	212.406	-	212.406
Operações em moedas estrangeiras	296.398	63.696	360.094
Capital de giro	694.037	285.350	979.387
Direitos creditórios	18.467	-	18.467
Crédito consignado	448.406	705.604	1.154.010
Finame	71.376	68.403	139.779
Funcafé	4.756	1.000	5.756
Adiantamento s/ contratos de câmbio	389.087	23.667	412.754
Devedores por compra valores e bens	23.434	80.015	103.449
Nota Comercial	65.413	469.085	534.498
CPRF	25.065	-	25.065
Compra de Ativos - Recebíveis adquiridos	1.855.929	81.213	1.937.142
Outros	4.844	-	4.844
Total	4.109.618	1.778.033	5.887.651

	31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Contas garantidas	183.360	65	183.425
Operações em moedas estrangeiras	295.629	43.983	339.612
Capital de giro	678.455	341.447	1.019.902
Direitos creditórios	39.218	-	39.218
Crédito consignado	395.692	661.110	1.056.802
Finame	59.510	61.500	121.010
Funcafé	5.110	1.000	6.110
Adiantamento s/ contratos de câmbio	390.288	55.365	445.653
Devedores por compra valores e bens	23.102	48.572	71.674
Nota Comercial	19.905	411.320	431.225
CPRF	15.068	-	15.068
Compra de Ativos - Recebíveis adquiridos	2.405.376	76.986	2.482.362
Outros	4.556	-	4.556
Total	4.515.269	1.701.348	6.216.617

b. Composição das operações por carteira, situação e faixa de atraso

As carteiras são avaliadas conforme critérios definidos na Resolução 352/23 do Bacen da seguinte forma:

Carteira C1

Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e

Créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

Carteira C2

Créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;

Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;

Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;

Créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

Créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

Créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

Carteira C3

Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;

Créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios e créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput;

Carteira C4

Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e

Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou

Carteira C5

Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;

Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput; e

Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

	31/03/2026						
	C1	C2	C3	C4	C5	Total Saldo Contábil Bruto	% sobre total geral
Ativos não problemáticos	49.300	1.072.790	894.539	587.884	3.113.715	5.718.228	97,12%
Sem atraso	48.514	1.058.770	891.019	585.785	3.001.687	5.585.775	94,87%
Até 14 dias de atraso	-	379	3.520	-	45.743	49.642	0,84%
De 15 a 30 dias de atraso	786	10.510	-	-	20.982	32.278	0,55%
De 31 a 60 dias de atraso	-	3.131	-	-	36.744	39.875	0,68%
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	-	2.099	8.559	10.658	0,18%
Ativos problemáticos não inadimplidos	15.317	3.516	1.688	-	8.131	28.652	0,49%
Sem atraso	-	-	17	-	5.124	5.141	0,09%
Até 14 dias de atraso	-	-	-	-	196	196	-
De 15 a 30 dias de atraso	-	782	-	-	2.589	3.371	0,06%
De 31 a 60 dias de atraso	-	2.734	1.462	-	1	4.197	0,07%
De 61 a 90 dias de atraso	15.317	-	209	-	221	15.747	0,27%
Ativos problemáticos inadimplidos	2.280	73.031	13.533	870	51.057	140.771	2,39%
De 91 a 120 dias de atraso	-	14.047	357	-	7.094	21.498	0,36%
De 121 a 150 dias de atraso	-	-	331	-	4.792	5.123	0,09%
De 151 a 180 dias de atraso	-	-	-	-	4.812	4.812	0,08%
De 181 a 210 dias de atraso	-	740	2.097	-	3.934	6.771	0,12%
De 211 a 240 dias de atraso	2.280	1.033	248	-	5.491	9.052	0,15%
De 241 a 270 dias de atraso	-	781	390	-	4.212	5.383	0,09%
De 271 a 300 dias de atraso	-	1.483	1.600	-	2.323	5.406	0,09%
De 301 a 330 dias de atraso	-	-	2.335	-	1.679	4.014	0,07%
De 331 a 360 dias de atraso	-	-	1.461	-	2.408	3.869	0,07%
Acima de 360 dias	-	54.947	4.714	870	14.312	74.843	1,27%
Total Geral	66.897	1.149.337	909.760	588.754	3.172.903	5.887.651	100%

	31/12/2025						
	C1	C2	C3	C4	C5	Total Saldo Contábil Bruto	% sobre total geral
Ativos não problemáticos	64.626	972.604	932.448	454.196	3.662.282	6.086.156	97,90%
Sem atraso	53.930	955.124	928.004	453.952	3.567.929	5.958.939	95,86%
Até 14 dias de atraso	9.741	16.303	3.749	244	56.042	86.079	1,38%
De 15 a 30 dias de atraso	955	1.156	1	-	18.225	20.337	0,33%
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	694	-	10.029	10.723	0,17%
De 61 a 90 dias de atraso	-	21	-	-	10.057	10.078	0,16%
Ativos problemáticos não inadimplidos	5.150	-	263	-	309	5.722	0,09%
Sem atraso	5.150	-	131	-	298	5.579	0,09%
Até 14 dias de atraso	-	-	-	-	4	4	-
De 15 a 30 dias de atraso	-	-	132	-	-	132	-
De 31 a 60 dias de atraso	-	-	-	-	7	7	-
De 61 a 90 dias de atraso	-	-	-	-	-	-	-
Ativos problemáticos inadimplidos	2.280	60.603	15.424	1.098	45.334	124.739	2,01%

De 91 a 120 dias de atraso	-	740	2.097	-	5.488	8.325	0,13%
De 121 a 150 dias de atraso	2.280	1.033	249	-	6.406	9.968	0,16%
De 151 a 180 dias de atraso	-	781	391	-	4.978	6.150	0,10%
De 181 a 210 dias de atraso	-	1.483	1.632	-	2.798	5.913	0,10%
De 211 a 240 dias de atraso	-	-	604	-	3.636	4.240	0,07%
De 241 a 270 dias de atraso	-	1.496	2.837	-	2.829	7.162	0,12%
De 271 a 300 dias de atraso	-	95	1.012	-	2.927	4.034	0,06%
De 301 a 330 dias de atraso	-	-	1.459	-	2.424	3.883	0,06%
De 331 a 360 dias de atraso	-	598	-	870	2.081	3.549	0,06%
Acima de 360 dias	-	54.377	5.143	228	11.767	71.515	1,15%

Total Geral	72.056	1.033.207	948.135	455.294	3.707.925	6.216.617	100%
--------------------	---------------	------------------	----------------	----------------	------------------	------------------	-------------

c) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

31/03/2026

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas Incorridas	Perdas Esperadas	Perdas Adicionais	Total Perda
C1	Ativos não problemáticos	48.514	786	49.300	-	(707)	-	(707)
C1	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	15.317	15.317	-	(1.531)	-	(1.531)
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	2.280	2.280	(536)	-	(103)	(639)
Total carteira C1		48.514	18.383	66.897	(536)	(2.238)	(103)	(2.877)
C2	Ativos não problemáticos	1.058.770	14.020	1.072.790	-	(15.384)	-	(15.384)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	3.516	3.516	-	(1.175)	-	(1.175)
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	73.031	73.031	(50.319)	-	(2.483)	(52.802)
Total carteira C2		1.058.770	90.567	1.149.337	(50.319)	(16.559)	(2.483)	(69.361)
C3	Ativos não problemáticos	891.019	3.520	894.539	-	(16.996)	-	(16.996)
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos	17	1.671	1.688	-	(822)	-	(822)
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	13.533	13.533	(9.913)	-	(475)	(10.388)
Total carteira C3		891.036	18.724	909.760	(9.913)	(17.818)	(475)	(28.206)
C4	Ativos não problemáticos	585.785	2.099	587.884	-	(11.802)	-	(11.802)
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	870	870	(735)	-	(39)	(774)
Total carteira C4		585.785	2.969	588.754	(735)	(11.802)	(39)	(12.576)
C5	Ativos não problemáticos	3.001.687	112.028	3.113.715	-	(54.303)	-	(54.303)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	5.124	3.007	8.131	-	(4.342)	-	(4.342)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	-	51.057	51.057	(35.212)	-	(1.611)	(36.823)
Total carteira C5		3.006.811	166.092	3.172.903	(35.212)	(58.645)	(1.611)	(95.468)
Total geral da carteira		5.590.916	296.735	6.887.651	(96.715)	(107.062)	(4.711)	(208.488)

31/12/2025

Carteira	Situação	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total	Perdas Incorridas	Perdas Esperadas	Perdas Adicionais	Total Perda
C1	Ativos não problemáticos	63.671	955	64.626	-	(925)	-	(925)
C1	Ativos problemáticos não inadimplidos	5.150	-	5.150	-	(515)	-	(515)
C1	Ativos problemáticos inadimplidos	-	2.280	2.280	(228)	-	(103)	(331)

	Total carteira C1	68.821	3.235	72.056	(228)	(1.440)	(103)	(1.771)
C2	Ativos não problemáticos	971.427	1.177	972.604	-	(13.644)	-	(13.644)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
C2	Ativos problemáticos inadimplidos	-	60.603	60.603	(40.859)	-	(2.060)	(42.919)
	Total carteira C2	971.427	61.780	1.033.207	(40.859)	(13.644)	(2.060)	(56.563)
C3	Ativos não problemáticos	931.753	695	932.448	-	(17.793)	-	(17.793)
C3	Ativos problemáticos não inadimplidos	131	132	263	-	(128)	-	(128)
C3	Ativos problemáticos inadimplidos	-	15.424	15.424	(10.482)	-	(569)	(11.051)
	Total carteira C3	931.884	16.251	948.135	(10.482)	(17.921)	(569)	(28.972)
C4	Ativos não problemáticos	454.196	-	454.196	-	(8.631)	-	(8.631)
C4	Ativos problemáticos não inadimplidos	-	-	-	-	-	-	-
C4	Ativos problemáticos inadimplidos	-	1.098	1.098	(828)	-	(50)	(878)
	Total carteira C4	454.196	1.098	455.294	(828)	(8.631)	(50)	(9.509)
C5	Ativos não problemáticos	3.623.970	38.312	3.662.282	-	(62.731)	-	(62.731)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	303	7	310	-	(165)	-	(165)
C5	Ativos problemáticos inadimplidos	-	45.333	45.333	(31.026)	-	(1.430)	(32.456)
	Total carteira C5	3.624.273	83.652	3.707.925	(31.026)	(62.896)	(1.430)	(95.352)
	Total geral da carteira	6.050.601	166.016	6.216.617	(83.423)	(104.532)	(4.212)	(192.167)

Movimentação das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A movimentação abaixo é referente as Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota explicativa nº5a) aos Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº6a) Operações de crédito (nota explicativa nº8c) e outros instrumentos financeiros (nota explicativa nº9).

	<u>03.2026</u>	<u>12.2025</u>
Saldo no Início do período	(192.870)	(160.819)
Créditos baixados para prejuízo	4.455	33.059
Constituição da provisão para perdas esperadas no período	(23.597)	(107.549)
Reversão da provisão para perdas esperadas no período	3.055	42.439
Saldo no Final do período	(208.957)	(192.870)

Destacamos que do saldo total de provisão de R\$208.957, temos:

- R\$107.061 refere-se a provisão de clientes adimplentes que, em decorrência da nova resolução 4.966, começou a provisionar o produto cessão (compra de ativos risco sacado)
 - ⇒ R\$43.772 refere-se ao produto de compra de ativos – Recebíveis adquiridos que, na antiga resolução, provisionava-se, aproximadamente um percentual de 0,03%, e com a nova resolução, começou a provisionar, no mínimo, um percentual de 1,90% sobre a carteira adimplente.
 - ⇒ R\$63.289 refere-se aos demais produtos que, na antiga resolução, saiu de uma provisão histórica de aproximadamente 0,41% para cerca de 1,58% sobre a carteira adimplentes.

Os ativos financeiros do BIB são baixados em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que a instituição recupere o seu valor.

No primeiro trimestre de 2026, foram baixados créditos como prejuízo no montante de R\$4.455 (R\$33.059 em 2025). Foram recuperados créditos no montante de R\$2.420 (R\$11.371 em 2025),

substancialmente por meio de ações judiciais e cobranças extrajudiciais. No primeiro trimestre de 2026, foram renegociados contratos no montante de R\$7.915 (R\$64.281 em 2025).

Existem limites aprovados não utilizados canceláveis unilateralmente no montante de R\$126.339.

d) Diversificação por prazo

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Operações em curso normal (1)		
A vencer		
Até 03 meses	2.544.773	2.895.370
De 03 a 12 meses	1.268.113	1.367.800
De 01 a 03 anos	1.410.031	1.357.724
De 03 a 05 anos	250.812	242.441
Acima de 5 anos	117.187	101.183
Vencidas até 14 dias	49.838	86.083
Subtotal	<u>5.640.754</u>	<u>6.050.601</u>
Operações em curso anormal (2)		
Vencidas		
De 15 a 90 dias	106.126	41.277
Acima de 91 dias	140.771	124.739
Subtotal	<u>246.897</u>	<u>166.016</u>
Total	<u>5.887.651</u>	<u>6.216.617</u>

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

e) Diversificação por atividade

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Setor		
Indústria	925.498	1.138.862
Comércio	323.505	338.792
Intermediários Financeiros	6.517	38.374
Serviços	3.460.892	3.616.224
Pessoas Físicas	1.171.239	1.084.365
Total	<u>5.887.651</u>	<u>6.216.617</u>

9. Outros instrumentos financeiros

	31/03/2026			31/12/2025		
	Total saldo contábil bruto	Perdas Esperadas	Valor Líquido	Total saldo contábil bruto	Perdas Esperadas	Valor Líquido
Relações interfinanceiros	10.482	-	10.482	4.738	-	4.738
Rendas a receber	108	-	108	151	-	151
Adiantamento ao FGC	10.248	-	10.248	-	-	-
Adiantamento e antecipações	3.018	-	3.018	2.961	-	2.961
Devedores por depósitos em garantia	70.846	(10)	70.836	69.917	(11)	69.906
Imposto de renda a compensar	20.676	-	20.676	16.033	-	16.033
Devedores diversos	25.429	-	25.429	23.047	-	23.047
Outros	417	-	417	417	-	417
Total	141.224	(10)	141.214	117.264	(11)	117.253

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Ativo fiscal diferido

O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

(i) Natureza e origem do ativo fiscal diferido

	03.2026			12.2025		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Prov. p/ perdas esp. associadas ao risco de créd.	49.606	39.683	89.289	45.586	36.469	82.055
Valor justo TVM/BN DU	10.020	8.015	18.035	9.524	7.619	17.143
Passivo contingente	15.813	12.651	28.464	15.720	12.576	28.296
Hedge fluxo de caixa	<u>1.980</u>	<u>1.584</u>	<u>3.564</u>	<u>682</u>	<u>545</u>	<u>1.227</u>
Total	<u>77.419</u>	<u>61.933</u>	<u>139.352</u>	<u>71.512</u>	<u>57.209</u>	<u>128.721</u>

(ii) Expectativa de realização

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/22 e Lei nº 15.078/24.

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de março de 2026 é a seguinte:

<u>Exercícios</u>	<u>Expectativa de realização por exercício</u>	<u>Valor presente (i)</u>
-------------------	--	---------------------------

2026	55.732	50.014
2027	8.295	6.443
2028	4.656	3.131
2029	3.780	2.200
2030	3.441	1.734
2031	3.440	1.500
2032	19.287	7.281
2033	3.440	1.124
2034	4.306	1.218
2035	32.975	8.073
	<u>139.352</u>	<u>82.718</u>

(i) Para descontar o ativo fiscal diferido a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 31 de março de 2026 (1,21% a.m.);

(iii) Movimentação do ativo fiscal diferido

	03.2026	12.2025
Saldo no início no período	128.721	95.895
Perdas Esp. Associadas ao risco de crédito	7.234	38.454
Valor justo	3.229	(1.110)
Passivo contingente	<u>168</u>	<u>(4.518)</u>
Saldo no fim no período	<u>139.352</u>	<u>128.721</u>
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	<u>18,95%</u>	<u>17,32%</u>

b. Despesa com imposto de renda e contribuição social – (acumulado)

	<u>03.2026</u>		<u>03.2025</u>	
	IR	CS	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	13.433	13.433	36.727	36.727
Remuneração do capital (JCP)	<u>(16.000)</u>	<u>(16.000)</u>	<u>(-)</u>	<u>(-)</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.567)	(2.567)	36.727	36.727
Adições/exclusões	<u>19.650</u>	<u>19.650</u>	<u>2.513</u>	<u>2.513</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(996)	(996)	(1.189)	(1.189)
Créditos baixados como prejuízo	(4.767)	(4.767)	-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	20.629	20.629	1.173	1.173
Passivos contingentes, cíveis/trabalhistas e fiscal	376	376	1.827	1.827
Juros sobre capital próprio	4.767	4.767	-	-
Ajuste ao valor justo	(974)	(974)	(14)	(14)
Lucro exterior	80	80	-	-
Doações	400	400	600	600
Outras inclusões/exclusões	135	135	116	116
Base de cálculo	17.083	17.083	39.240	39.240
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 20% (CS)	2.562	<u>3.417</u>	5.886	<u>7.848</u>
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$60	<u>1.702</u>		<u>3.918</u>	
Incentivos fiscais	(92)	-	(235)	-

	03.2026		03.2025	
	IR	CS	IR	CS
IR/CS Diferidos	244	194	-	-
Imposto de renda/contribuição social	4.416	3.611	9.569	7.848

11 Outros ativos

	31/03/2026			31/12/2025		
	Total saldo contábil bruto	Perdas Esperadas	Valor Líquido	Total saldo contábil bruto	Perdas Esperadas	Valor Líquido
Bens não uso próprio	107.227	(491)	106.736	129.956	(491)	129.465
Desp. pagas antecipadamente	7.488	-	7.488	6.955	-	6.955
Total	114.715	(491)	114.224	136.911	(491)	136.420

12 Investimentos em participações em Controladas

03.2026

Informações s/ Investimentos	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Capital Social Realizado	5.360	5.930		
Patrimônio Líquido	5.278	22.305		
Lucro Líquido	82	834		
Cotas	683.500	1.482.436		
Participação no Capital - %	99,64	99,99		
Res. da Part. em controlada	82	834		916
Valor Contábil dos Investimentos	5.341	22.303	12.392(*)	40.036
Operações realizadas em Controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	59	168		227
Aplicação em depósitos interfinanceiros	5.351	-		5.351
Títulos e Valores Mobiliários	-	22.658		22.658
Resultado				
Rendas c/ Títulos e Valores Mobiliários	176	738		914
Rendas de Prestação de Serviço	-	2.685		2.685

(*) Ações e cotas R\$12.392.

(**) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

12.2025

Informações s/ Investimentos	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Capital Social Realizado	5.118	5.930		
Patrimônio Líquido	5.278	21.471		
Prejuízo Lucro Líquido acumulado	(420)	4.356		
Cotas	683.500	1.482.436		
Participação no Capital - %	99,64	99,99		
Res. da Part. em controlada acumulado	(419)	4.356		3.937
Valor Contábil dos Investimentos	5.259	21.470	12.392(*)	39.121
Operações realizadas em Controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	172	65		237
Aplicação em depósitos interfinanceiros	5.174	-		5.174
Títulos e Valores Mobiliários	-	21.707		21.707
Resultado acumulado				
Rendas c/ Títulos e Valores Mobiliários	739	1.890		2.629
Rendas de Prestação de Serviço	-	7.494		7.494

(*) Ações e cotas R\$12.392.

(**) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

13 Imobilizado de uso

Imobilizações:	Taxa anual de depreciação (%)	03.2026		12.2025	
		Custo de Aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
Outros:					
Móveis e equipamentos	10	4.011	(2.726)	4.011	(2.665)
Sistema de comunicação	20	408	(309)	408	(307)
Sistema de proc.de dados	20	5.599	(5.225)	5.599	(5.097)
Aeronaves/Veículos	20	42.830	(9.139)	42.829	(8.020)
Direitos de uso (I)	5	119.336	(-)	-	(-)
Outros	10	116	(72)	116	(72)
Total		<u>172.300</u>	<u>(17.471)</u>	<u>52.963</u>	<u>(16.161)</u>

(I) Taxas de desconto

O BIB estima as taxas de desconto aplicáveis aos contratos de arrendamento com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, ajustadas para refletir o prazo contratual, as características econômicas do arrendamento e o spread de crédito incremental compatível com o perfil de risco do Grupo, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis.

Dessa forma, para o referido contrato de arrendamento, foi adotada uma taxa de desconto nominal anual aproximada de 15,22%, equivalente a uma taxa efetiva mensal de 1,1876%, aplicada sobre o fluxo contratual de pagamentos, cujo valor presente, corresponde a R\$ 119.336 mil.

14. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos

a. Descrição

	03.2026			
	Circulante	Não Circulante	Total Valor Bruto Contábil	Valor do Custo Atualizado
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos a vista	112.710	-	112.710	112.710
Depósitos interfinanceiros	294.593	38.296	332.889	332.889
Depósitos a prazos	1.287.004	381.023	1.668.027	1.668.027
Operações compromissadas	374.192	-	374.192	374.192
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	992.902	1.034.921	2.027.823	2.027.823
Dívidas subordinadas (**)	-	306.763	306.763	306.763
Empréstimos no exterior (***)	671.436	-	671.436	671.436
Obrigações por repasses no país	74.346	69.623	143.969	143.969
Obrigações por repasses no exterior (****)	251.240	675.354	926.594	926.594
Outros recursos	2.913	-	2.913	2.913
Total	4.061.336	2.505.980	6.567.316	6.567.316

	12.2025			
	Circulante	Não Circulante	Total Valor Bruto Contábil	Valor do Custo Atualizado
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos a vista	146.482	-	146.482	146.482
Depósitos interfinanceiros	653.847	31.982	685.829	685.829
Depósitos a prazos	1.719.028	365.715	2.084.743	2.084.743
Operações compromissadas	479.547	-	479.547	479.547
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	899.094	779.033	1.678.127	1.678.127
Dívidas subordinadas (**)	-	294.477	294.477	294.477
Empréstimos no exterior (***)	671.452	-	671.452	671.452
Obrigações por repasses no país	63.673	62.454	126.127	126.127
Obrigações por repasses no exterior (****)	254.826	726.317	981.143	981.143
Outros recursos	2.928	-	2.928	2.928
Total	4.890.877	2.259.978	7.150.855	7.150.855

(*) Letras Financeiras R\$1.960.797 (31/12/2025 - R\$1.625.669), Letras de Crédito do Agronegócio R\$67.026 (31/12/2025 - R\$52.439), Letras de Crédito Imobiliário (31/12/2025 - R\$19) com garantia via recebíveis da instituição financeira

(**) São compostos de captações em Letras Financeiras com vencimentos em janeiro de 2033, agosto de 2034 e janeiro de 2035, que estão sendo utilizadas para capital nível II (vide NE 24).

(***) São compostos basicamente por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até novembro de 2026.

(****) Em 30 de junho de 2020, o Banco recebeu um empréstimo sênior do DEG (Deutsche Investitions-Und Entwicklungsgesellschaft Mbh) no montante de US\$ 12,0 milhões com vencimento em 7 anos (após amortização parcial, o saldo ao final do período representa US\$3,0 milhões). Em dezembro de 2021 o Banco captou um novo empréstimo sênior junto ao DEG e Proparco (Société de Promotion et de Participation Pour la Coopération Economique S.A) no valor de US\$ 40,0 milhões por 7 anos (após amortização parcial, o saldo ao final do período representa US\$30,0 milhões). Os recursos dessas linhas, são destinados a empresas de médio porte, PMEs. Em fevereiro de 2024, o Banco recebeu US\$ 20,0 milhões do Finance in Motion através do eco.business Fund com vencimento em 3 anos (após amortização parcial, o saldo ao final do período representa US\$12,0 milhões). Os recursos dessa linha, são destinados a empresas que possuem práticas/certificações sustentáveis.

Em abril de 2025, o BIB captou US\$ 105,0 milhões junto a IFC (International Finance Corporation) através de um "A/B Loan". O "A Loan" foi de US\$ 70,0 milhões com vencimento em até 4 anos com recursos da própria IFC. Já o "B Loan" foi de US\$ 35,0 milhões com recursos do Bladex, DZ Bank, Itaú BBA e Standard Chartered, com vencimento em 2 anos. Os recursos dessa linha, são destinados a PME's em geral, PME's e Consignado na região da Amazônia Legal e PME's com mulheres na gestão ou em quadro societário.

As linhas de crédito mencionadas acima, exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), que são monitorados trimestralmente.

b. Diversificação por prazo

	31/03/2026						
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 e 12 meses	De 12 e 36 meses	De 36 e 60 meses	De 60 e 180 meses	Total
Depósitos à vista	112.710	-	-	-	-	-	112.710
Depósitos interfinanceiros	-	281.890	12.703	38.296	-	-	332.889
Depósitos a prazo	-	701.296	585.708	357.199	20.272	3.552	1.668.027
Operações compromissadas	-	374.192	-	-	-	-	374.192
Recursos de aceites e emissão títulos	-	439.037	553.865	1.034.921	-	-	2.027.823
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	306.763	306.763
Empréstimos no exterior	-	253.968	417.468	-	-	-	671.436
Obrigações por repasses país	-	17.161	57.185	65.148	4.475	-	143.969
Obrigações por repasses exterior	-	42.186	209.054	492.118	183.236	-	926.594
Outros recursos	-	2.913	-	-	-	-	2.913
Total	112.710	2.112.643	1.835.983	1.987.682	207.983	310.315	6.567.316

	31/12/2025						
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 e 12 meses	De 12 e 36 meses	De 36 e 60 meses	De 60 e 180 meses	Total
Depósitos à vista	146.482	-	-	-	-	-	146.482
Depósitos interfinanceiros	-	643.252	10.595	31.982	-	-	685.829
Depósitos a prazo	-	764.188	954.840	336.720	21.698	7.297	2.084.743
Operações compromissadas	-	479.547	-	-	-	-	479.547
Recursos de aceites e emissão títulos	-	47.782	851.312	779.033	-	-	1.678.127
Dívidas subordinadas	-	-	-	-	-	294.477	294.477
Empréstimos no exterior	-	186.771	484.681	-	-	-	671.452
Obrigações por repasses país	-	13.215	50.458	58.461	3.993	-	126.127
Obrigações por repasses exterior	-	17.047	237.779	533.733	192.584	-	981.143
Outros recursos	-	2.928	-	-	-	-	2.928
Total	146.482	2.154.730	2.589.665	1.739.929	218.275	301.774	7.150.855

c. Despesas da intermediação financeira

Descrição	1º trimestre/Acumulado 2026	1º trimestre/Acumulado 2025
-----------	--------------------------------	--------------------------------

Despesas de depósitos interfinanceiros	(21.585)	(20.111)
Despesas de depósitos a prazo	(51.866)	(71.659)
Despesas de operações compromissadas	(7.585)	(1.484)
Despesas de letras de créditos do agro e imobiliário	(1.925)	(1.298)
Despesas de letras financeiras	(66.595)	(48.831)
Dívidas subordinadas	(12.285)	(10.054)
Obrigações por repasse no país	(4.968)	(1.064)
Obrigações por repasses no exterior	(13.673)	(9.028)
Outros recursos	(673)	(764)
Total	(181.155)	(164.293)

15. Provisões

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; e, (ii) Fiscais e Previdenciárias – Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis - promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros instrumentos financeiros.

O Banco, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Existem 04 casos de reclamações trabalhistas avaliadas como possíveis no montante de R\$633 e 15 de ações cíveis classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$45.906 (16 ações – R\$42.446 em dezembro de 2025), tais reclamações não são provisionadas, apenas divulgadas em notas explicativas.

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos.

b. Composição das provisões - Contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Descrição	<u>03.2026</u>	<u>12.2025</u>
-----------	----------------	----------------

Contingências Cíveis (*)	19.180	19.366
Contingências Trabalhistas	20.167	19.605
Contingências fiscais/tributárias (**)	63.139	62.281
Total	<u>102.486</u>	<u>101.252</u>

(*) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

(**) Principal processo - Ação visa satisfação de crédito fiscal (COFINS) relativo aos períodos de 01/2007 a 11/2008, em razão do não pagamento por conta da discussão sobre a legalidade da alteração da base de cálculo do tributo, valor do principal R\$21.817, atualização R\$32.749 e total atualizado R\$54.566.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c. Composição das provisões – Garantias Prestadas e Carta de Fiança

São concedidas garantias por meio de avais e fianças vinculados a contratos de licitações, garantias judiciais e outros no montante de R\$198.846 (R\$204.515 em dezembro de 2025)

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$1.890 (R\$461 em dezembro de 2025), estão registradas em contas de compensação.

	<u>31/03/2026</u>		<u>31/12/2025</u>	
	Garantias Prestadas	Perdas Associados ao Risco de Crédito	Garantias Prestadas	Perdas Associados ao Risco de Crédito
Fornecimento de mercadorias	38.000	(632)	38.000	(632)
Processos Judiciais	115.977	(2.203)	111.489	(2.118)
Fianças Bancárias	44.869	(786)	44.022	(770)
Outras Fianças	-	-	11.004	(209)
Subtotal	<u>198.846</u>	<u>(3.621)</u>	<u>204.515</u>	<u>(3.729)</u>

	<u>31/03/2026</u>		<u>31/12/2025</u>	
	Carta de Fiança	Perdas Associados ao Risco de Crédito	Carta de Fiança	Perdas Associados ao Risco de Crédito
Créditos abertos para importação	1.890	(36)	461	(35)
Subtotal	<u>1.890</u>	<u>(36)</u>	<u>461</u>	<u>(35)</u>
Total	<u>200.736</u>	<u>(3.657)</u>	<u>204.976</u>	<u>(3.764)</u>

d. Movimentação das provisões

03.2026

	Início do período	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atual. Selic	Saldo Final
Prov. para Contingências	<u>101.252</u>	<u>562</u>	<u>(186)</u>	<u>858</u>	<u>102.486</u>
Trabalhistas	19.605	562	-	-	20.167
Outras cont. fiscais	62.281	-	-	858	63.139
Cíveis	19.366	-	(186)	-	19.180
Prov. garantias prestadas	<u>3.764</u>	<u>=</u>	<u>(107)</u>	<u>=</u>	<u>3.657</u>
<u>Total Provisão</u>	<u>105.016</u>	<u>562</u>	<u>(293)</u>	<u>858</u>	<u>106.143</u>

12.2025

	Início do período	Adição à provisão	Utilização/reversão	Atual. Selic	Saldo Final
Prov. para Contingências	<u>121.847</u>	<u>2.902</u>	<u>(28.318)</u>	<u>4.821</u>	<u>101.252</u>
Trabalhistas	20.704	1.785	(2.884)	-	19.605
Outras cont. fiscais	82.894	-	(25.434)	4.821	62.281
Cíveis	18.249	1.117	-	-	19.366
Prov. garantias prestadas	<u>594</u>	<u>3.170</u>	<u>=</u>	<u>=</u>	<u>3.764</u>
<u>Total Provisão</u>	<u>122.441</u>	<u>6.072</u>	<u>(28.318)</u>	<u>4.821</u>	<u>105.016</u>

16. Outros passivos financeiros

Descrição	03.2026	12.2025
Passivos financeiros a custo amortizado		
Cobrança e arrecadação de tributos	1.438	1.212
Sociais e estatutárias	13.200	-
Fiscais e previdenciárias	17.508	7.220
Negociação e intermediação valores	2.471	3.399
Provisão para pagamentos a efetuar país/externo	15.545	13.255
Credores diversos- país	21.859	17.759
Arrendatário – valores a pagar	119.336	-
Diversos	4.150	3.287
Total	<u>195.507</u>	<u>46.132</u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

A AGE de 10/06/2025 deliberou por um aumento de capital com utilização de reservas no montante de R\$250.000 já homologado pelo Banco Central do Brasil e em face deste aumento o capital social de R\$637.448, totalmente integralizado, é representado por 180.228.266 ações nominativas, sendo

119.651.813 ordinárias e 60.576.453 preferenciais, todas nominativas e escriturais sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor. Em 26 de dezembro de 2025 conforme AGE foi efetuado aumento de Capital no montante de R\$40.000.

b. Reservas

Reserva de lucro - Reserva legal

A Reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 31 de março de 2026 foi de R\$640 (31/12/2025 - R\$1.554). O saldo da reserva legal em 31 de março de 2026 atingiu um montante de R\$2.922 (31/12/2025 - R\$2.282).

Retenção de lucros – Reservas estatutária

O estatuto do Banco prevê a destinação de reserva, a disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor. Os acionistas aprovaram a não distribuição desses dividendos.

Durante o trimestre de 2026 foi deliberada a distribuição da remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$16.000. Durante o primeiro trimestre de 2025 não foram deliberadas distribuições de remuneração de nenhuma espécie.

18 Despesas de pessoal

	1º Trimestre/Acumulado 2026	1º Trimestre/Acumulado 2025
Honorários - Diretoria e		
Cons. Adm.	(2.077)	(2.017)
Benefícios (i)	(5.856)	(5.126)
Encargos Sociais	(5.034)	(4.205)
Proventos	(20.917)	(15.316)
Outros	(195)	(217)
Total	(34.079)	(26.881)

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale transporte, entre outros.

19 Outras despesas administrativas

	1º Trimestre/Acumulado 2026	1º Trimestre/Acumulado 2025
Água, Energia e gás	(176)	(177)
Aluguéis	(2.393)	(1.836)
Comunicações	(364)	(302)

	1º Trimestre/Acumulado 2026	1º Trimestre/Acumulado 2025
Manutenção/cons. de bens	(297)	(710)
Material	(71)	(147)
Processamento de Dados	(4.406)	(3.111)
Promoções/Rel. Públicas	(2.192)	(2.038)
Publicações	(224)	(249)
Seguros	(11)	(44)
Serviços do Sistema Financeiro	(295)	(295)
Serviços de Terceiros	(2.874)	(2.256)
Serviços Téc Especializados (i)	(3.003)	(3.584)
Transportes	(73)	(100)
Viagens	(194)	(164)
Amortização e Depreciação	(1.310)	(1.301)
Outras Desp. Adm.	(594)	(796)
	(18.477)	(17.110)
Total		

(i) Inclui os honorários de auditoria apropriados para o primeiro trimestre de 2026 no montante de R\$304 (primeiro trimestre de 2025 R\$280).

20 Despesas Tributárias

	1º Trimestre/Acumulado 2026	1º Trimestre/Acumulado 2025
Tributos Federais/Municipais	(579)	(766)
ISS	(259)	(242)
Cofins	(4.261)	(5.708)
Pis	(692)	(928)
Outros	(859)	(1.090)
Total	(6.650)	(8.734)

21 Outras Receitas / Despesas Operacionais

	1º Trimestre/Acumulado 2026	1º Trimestre/Acumulado 2025
Outras receitas operacionais	<u>1.122</u>	<u>15.256</u>
Recuperação de encargos e despesas	-	11.000
Aluguéis	-	20
Receitas de ajuste ao valor justo	-	2.156
Reversão Provisões Contingências	187	-
Variações monetárias ativas	935	2.080
Outras despesas operacionais	<u>(848)</u>	<u>(2.207)</u>
Provisões Contingências	(562)	(1.827)
Outras	(286)	(380)
Total	<u>274</u>	<u>13.049</u>

Outras despesas operacionais	<u>(848)</u>	(2.207)
------------------------------	---------------------	----------------

22 Outras Receitas / Despesas Não Operacionais

	1º Trimestre/Acumulado 2026	1º Trimestre/Acumulado 2025
Outras receitas não operacionais	<u>1.071</u>	-
Lucros alienação outros valores e bens	1.071	-
Outras despesas não operacionais	<u>(400)</u>	<u>(1.038)</u>
Doações	(400)	(1.038)
Total	<u>671</u>	<u>(1.038)</u>

23 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

O índice de comprometimento do patrimônio de referência para o risco de operações é de 17,4% em 31 de março de 2026 (16,9% em 31 de dezembro de 2025). O índice mínimo exigido pelo Bacen é de 10,5% para Instituições Financeiras.

	Conglomerado	
	<u>03.2026</u>	<u>12.2025</u>
Patrimônio de referência nível I	<u>758.599</u>	<u>778.178</u>
Patrimônio Líquido	735.295	743.223
Ajuste Negativo Decorrente das Perdas Esperadas	23.304	34.955
Patrimônio de referência nível II	<u>306.763</u>	<u>294.477</u>
Instrumentos de Dívida Subordinada	306.763	294.477
Patrimônio de referência Total (nível I + nível II)	<u>1.065.362</u>	<u>1.072.655</u>
Patrimônio de referência (a)	<u>1.065.362</u>	<u>1.072.655</u>
Alocação de capital por risco		
RWAcpad – crédito	447.642	465.709
RWAcam – câmbio	443	2.823
RWAjur – mercado	4.220	4.683
RWADRC - negociação	780	1.641
RWAopad - operacional	34.570	31.814
Patrimônio de referência exigido (b)	<u>487.655</u>	<u>506.670</u>
Margem (a- b)	<u>577.707</u>	<u>565.985</u>
IRRBB – Risco da carteira bancária	(147.481)	(136.720)
Margem (a- b)	<u>430.226</u>	<u>429.265</u>
Ativo ponderado pelo risco (i) (c)	<u>6.095.688</u>	<u>6.333.375</u>

Índice de Basileia (a/c)

17,4%

16,9%

O quadro acima, já contempla todas as alterações da Resolução BCB 229/22, vigente a partir de julho de 2023 referente ao risco de crédito (RWAcpad).

24 Garantias

O Banco, na formalização de seus instrumentos financeiros, não conta com garantias que possam ser vendidas ou penhoradas sem que não ocorra inadimplência do devedor.

25 Transações com partes relacionadas

Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, estão resumidas na Nota Explicativa nº13 (Investimento em participações em Controladas e Coligadas).

a. Saldo das Transações

Depósitos a Prazo/Interfinanceiros (CDB/CDI)	31/03/2026	31/12/2025
Pessoas Físicas	28.289	24.793
Pessoas Jurídicas	78.718	76.952
Letras de Crédito do Agronegócio		
Pessoas Físicas	37.205	24.106
Certificado de Recebíveis Imobiliários		
Pessoas Físicas	10.638	23.123
Debentures		
Pessoas Físicas	7.144	4.190
Limite de Crédito		
Savana SPE Incorporação Ltda.	25.000	3.720
Muse Itaim Participações e Incorp. Ltda.	8.400	8.400
River Participação e Incorporação Ltda.	5.000	10.000
Outras operações	7.629	5.513
Operações de Crédito		
CCM33 Participação e Incorporação LTDA	10.835	13.272
Outras operações	2.239	3.914
Camacop Visão Gráfica Ltda.	1.383	1.437
Aoptium Comercio Locação de Eq. Eletrônicos Ltda.	178	244
Bosque Ipiranga Participação e Incorporação Ltda.	125	24
Grupo 4m Participações LTDA	58	63
Red Seas Investimentos Ltda.	39	46
Nova Corretora de Seguros Ltda.	16	18
Savana SPE Incorporação Ltda.	-	11.329

As operações de crédito estão de acordo com a resolução do Bacen 4.693/18.

b. Remuneração da Administração

Remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração: (i) os Diretores são os representantes legais do Banco, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. De acordo com o Estatuto Social do Banco, a Diretoria deve ser composta por 5 a 12 membros. (art. 6º do Estatuto Social do Banco). No primeiro trimestre de 2026, a remuneração dos administradores formada por honorários fixos totalizou R\$2.077 (R\$2.017 primeiro trimestre de 2025).

As despesas com remuneração dos diretores estão registradas na rubrica contábil “Despesas de honorários – Diretoria e Conselho de Administração”. A remuneração da Administração foi fixada em R\$11.000 na Reunião do Conselho de Administração de 31 de março de 2025 e ratificada na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2025.

26 Seguros

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações financeiras intermediárias, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto a Fairfax Brasil Seguros, com vigência de 17 de junho de 2025 a 17 de junho de 2026, englobando uma única apólice garantindo matriz e filiais.

27 Outras informações

- a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários.
- b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

28 Composição de caixa e equivalentes de caixa

Descrição	03.2026	12.2025
No início do período	<u>625.907</u>	<u>739.145</u>
Disponibilidade	42.259	28.642
Aplicações Interfinanceiras	41.268	710.503
Letras Financeiras do Tesouro	542.380	-
No final do período	<u>450.755</u>	<u>625.907</u>
Disponibilidade	51.191	42.259
Letras Tesouro Nacional	399.564	-
Aplicações Interfinanceiras	-	41.268
Letras Financeiras do Tesouro	-	542.380

As aplicações interfinanceiras de Liquidez (aplicações no mercado aberto e em moeda estrangeira) e letras financeiras do tesouro, caracterizam por operações com vencimento em até 90 dias da data de aquisição, configurando equivalentes de caixa.

29 Gerenciamento de riscos

Os processos de gerenciamento de riscos foram implantados com base nas determinações do Banco Central do Brasil, recomendações dos Acordos de Basileia I, II e III e melhores práticas de mercado, levando em consideração a estrutura, a natureza e a complexidade das atividades da Instituição. O detalhamento dos procedimentos, papéis e responsabilidades encontra-se descrito em políticas específicas, as quais devem abordar, minimamente, a identificação dos riscos, sua avaliação,

monitoramento, controle e mitigação, ou os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores, quando especificados.

Para o devido gerenciamento dos diversos eventos de risco aos quais o Banco está exposto na execução de suas atividades, foram instituídas classes de riscos, estabelecidas segundo suas características predominantes, sendo elas: Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco Operacional, Risco Socioambiental. Além desses o Banco estabeleceu outros tipos de abordagens de controles, observando os seguintes aspectos: Solvência, Rentabilidade, Gestão de Continuidade de Negócios, Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e acompanhamento de Appetite a Riscos (*Risk Appetite Statement - RAS*).

Fábio Marques

Diretor

Dalmo Goes

Contador CRC 1SP144600/O-2